



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Concurso Público para Provimento de Cargos de

Analista Judiciário – Área Administrativa Especialidade Contabilidade

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue, trecho de um artigo publicado em **1948**.

O Brasil se desenvolveu como nação politicamente independente na fase em que a economia capitalista transformava o mundo num sistema de mercados. A economia moderna não permite, senão em escala reduzida, o desenvolvimento autônomo das economias nacionais. Tudo se liga, e os países dependem, cada vez mais, dos grandes centros em que se concentram as forças do imperialismo econômico. A primeira realidade que o brasileiro encontra pela frente é, portanto, a dependência estreita em que vivemos. Assim sendo, somos obrigados a seguir a oscilação dos líderes da economia mundial, e a conseqüência disso é vivermos sem poder equilibrar duas forças contraditórias, que passamos a expor.

Com efeito, pelo fato de sermos um país predominantemente agrícola e pecuário, fornecedor de matérias-primas e produtos alimentares, a maioria das nossas populações vive em estado de atraso, sem ligação com o progresso da vida moderna. Assim, desenvolvem-se necessidades locais muito específicas, requerendo medidas locais e economia orientada para as zonas do interior, já que o nível dessas populações as coloca, mais ou menos, conforme o caso, à margem dos tipos modernos de vida econômica. Por outro lado, como estamos na dependência dos grandes centros econômicos, a nossa economia é solicitada, a cada momento, a se ajustar ao ritmo variável da economia mundial – o que acarreta a necessidade de uma política econômica de caráter geral, com medidas de larga escala, voltadas para as exigências da balança internacional de comércio. Até agora não se estabeleceu, no Brasil, a difícil harmonia entre essas duas tendências contraditórias.

(Antonio Candido, **Folha Socialista**, nº 3. São Paulo, 1948)

1. O texto expõe a seguinte idéia fundamental:
- (A) O desenvolvimento do Brasil vem se acelerando a despeito do ritmo da economia capitalista.
 - (B) O fato de nossa economia ser essencialmente rural impossibilita medidas econômicas localizadas.
 - (C) O entrave do nosso desenvolvimento econômico está na dificuldade de conciliarmos medidas pontuais e medidas de caráter geral.
 - (D) A superação de nossas contradições econômicas implica a adoção de medidas orientadas para as zonas mais desenvolvidas.
 - (E) As contradições de nossa economia são inerentes à implantação do sistema mundial de mercados.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Na frase *O Brasil se desenvolveu como nação politicamente independente na fase em que a economia capitalista transformava o mundo num sistema de mercados*, as ações destacadas mantêm entre si uma relação de exclusão.
- II. Na frase *A economia moderna não permite, senão em escala reduzida, o desenvolvimento autônomo das grandes economias internacionais*, o segmento destacado tem o valor de uma ressalva.
- III. Na frase *A primeira realidade que o brasileiro encontra pela frente é, portanto, a dependência estreita em que vivemos*, o segmento destacado tem o valor de uma hipótese.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

3. Até agora não se estabeleceu, no Brasil, a difícil harmonia entre essas duas tendências contraditórias.

Mantém-se o sentido original da frase acima em:

- (A) Essas duas tendências contraditórias não deixam de possibilitar que, no Brasil, ainda hoje se estabeleça uma difícil harmonia.
- (B) No Brasil, a problemática conciliação dessas duas orientações conflituosas ainda não se efetivou.
- (C) Ainda assim é difícil a conciliação entre essas forças opostas, conquanto venha a se estabelecer no Brasil.
- (D) Até hoje não se determinou, no Brasil, a dificuldade de equilíbrio dessas tendências inconciliáveis.
- (E) No Brasil, mesmo agora a difícil superação dessas forças harmônicas ainda não se estabeleceu.

4. Na reconstrução de uma frase do texto, **desrespeitou-se** a concordância verbal em:

- (A) Às economias nacionais não se permite, modernamente, que se desenvolvam de modo autônomo e competente.
- (B) Ainda não se encontraram, para essas duas tendências contraditórias, quaisquer possibilidades de harmonização.
- (C) Quando não se está ligado ao progresso da vida moderna, como ocorre com boa parte dos brasileiros, paga-se com as conseqüências do atraso.
- (D) Devem-se às oscilações dos líderes da economia mundial boa parcela do desequilíbrio da nossa própria economia.
- (E) Devido à dificuldade de se ajustarem ao ritmo variável da economia mundial, há medidas que, mesmo necessárias, deixamos de tomar.

<p>5. É exemplo de correta transposição da voz ativa para a passiva:</p> <p>(A) O nível de vida dessas populações as coloca à margem da modernidade = Essas populações são colocadas à margem da modernidade por seu nível de vida.</p> <p>(B) Até agora não se estabeleceu a difícil harmonia entre essas duas tendências = Até agora não foi estabelecida a difícil harmonia entre essas duas tendências.</p> <p>(C) Desenvolvem-se necessidades locais muito específicas = Foram desenvolvidas necessidades locais muito específicas.</p> <p>(D) Os países dependem, cada vez mais, dos centros do imperialismo econômico = Os países são dependentes, cada vez mais, dos centros do imperialismo econômico.</p> <p>(E) A nossa economia deve se ajustar a um ritmo variável = A nossa economia deve ser ajustada por um ritmo variável.</p>	<p>8. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) Embora se requeram, aqui e ali, medidas locais, não haverá como abstermos-nos de medidas de caráter geral.</p> <p>(B) Se um país não se provir de planos econômicos próprios, estará cada vez mais dependente do ritmo que lhe impor a economia global.</p> <p>(C) Se não nos convir o ritmo ditado pela economia global, fazer-se-á necessário criar um modelo que melhor se adequê à nossa realidade.</p> <p>(D) Os grandes centros econômicos associaram-se e comporam, paulatinamente, um sistema de mercados ao qual é praticamente impossível um país deixar de pertencer.</p> <p>(E) O que de fato obstrui o desenvolvimento da economia nacional é a oscilação entre direções dificilmente conciliáveis, a que vimos nos sujeitando.</p>
<p>6. Considerando-se o contexto em que a frase ocorre, a expressão sublinhada preserva o sentido da expressão indicada entre parênteses em:</p> <p>(A) <u>Pelo fato de</u> sermos um país predominantemente agrícola e pecuário, a maioria das nossas populações vive em estado de atraso. (Não obstante).</p> <p>(B) <u>Por outro lado</u>, a nossa economia é solicitada a se ajustar ao ritmo variável da economia mundial. (De outro modo).</p> <p>(C) A economia moderna não permite, <u>senão</u> em escala reduzida, o desenvolvimento autônomo das economias nacionais. (a não ser).</p> <p>(D) <u>Assim sendo</u>, somos obrigados a seguir a oscilação dos líderes da economia mundial (ainda assim).</p> <p>(E) Os países dependem, <u>cada vez mais</u>, dos grandes centros do imperialismo econômico (de mais a mais).</p>	<p>9. <i>Tudo se liga, e os países dependem, cada vez mais, <u>dos grandes centros em que se concentram as forças do imperialismo econômico.</u></i></p> <p>Substituindo-se, na frase acima, as formas dependem e se concentram, respectivamente, pelas formas subordinam-se e se irradiam, o segmento sublinhado deverá ser substituído por</p> <p>(A) nos grandes centros onde.</p> <p>(B) aos grandes centros de onde.</p> <p>(C) pelos grandes centros aonde.</p> <p>(D) aos grandes centros em cujos.</p> <p>(E) nos grandes centros por onde.</p>
<p>7. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) Ao ascender à condição de um grande sistema de mercados, a economia mundial propiciou o poder hegemônico dos grandes conglomerados financeiros.</p> <p>(B) Se os grandes centros econômicos não se emi-cuissem decisivamente nas economias nacionais, talvez estas lograssem alcançar um índice expressivo de desenvolvimento.</p> <p>(C) Os economistas podem discentir quanto às soluções para o nosso desenvolvimento, mas reconhecem que o imperialismo econômico é um fator crucial para nosso atraso.</p> <p>(D) A necessidade de sincronizar o ritmo de nossa economia com o da expansão da economia global constitui uma das exigências mais difíceis de serem atendidas.</p> <p>(E) Não fosse a dicotomia das direções econômicas com que nos deparamos, o Brasil talvez não se firmasse numa posição de maior relevância entre os países emergentes.</p>	<p>10. O Brasil é rico em matérias-primas, mas não basta <u>possuirmos matérias-primas</u>, o desejável é que pudéssemos <u>processar as matérias-primas</u>, industrializar <u>essas matérias-primas</u> e auferir todo o lucro potencial <u>embutido nessas matérias-primas</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se, de modo correto, os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) as possuirmos - processá-las - industrializá-las - nelas embutido</p> <p>(B) lhes possuirmos - processá-las - industrializá-las - embutido-lhes</p> <p>(C) possuirmo-las - lhes processar - lhes industrializar - nelas embutido</p> <p>(D) as possuirmos - as processar - industrializar-lhes - nelas embutidas</p> <p>(E) possui-las - processar-lhes - industrializar-lhes - embutido-lhes</p>

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

Governo discute se programa para índios é legal

Um programa de FM dirigido a índios e outros moradores da fronteira do Brasil com o Paraguai, no Mato Grosso do Sul, corre o risco de ser considerado ilegal pelo governo federal. Transmitida em nheengatu (segundo o dicionário Aurélio, língua que se originou do tupi), a atração pode ser enquadrada numa lei de 1963, que proíbe veiculações em língua estrangeira. Pela regra, só emissoras de ondas curtas podem operar com outros idiomas, mediante autorização do Ministério das Comunicações.

Mistura de termos indígenas com espanhol e português, o nheengatu originou-se do período da colonização brasileira. Calcula-se que seja utilizado por cerca de 370 mil pessoas no MS. A essa população é dirigido “Nheengatu”, programa da FM educativa de Campo Grande que vai ao ar três vezes por semana e tem estréia marcada na TVE do Estado em agosto. Sua sobrevivência no rádio e sua migração para a televisão são objetos agora da seguinte análise, em curso no ministério: essa é ou não é uma língua “estrangeira”?

“Além de tantos crimes históricos contra os índios, querem cometer mais um”, afirmou Bosco Martins, presidente da FM e da TVE, que recebeu do ministério solicitação para encaminhar informações sobre o programa. “O nheengatu foi proibido por D. João IV, em 1727, que queria oficializar o português. Hoje, permanece vivo como uma forma de resistência cultural”, afirma Marlei Sigrist, professora da Universidade Federal do MS, que desenvolveu um estudo sobre o programa.

Para Marcos Bitelli, especialista em leis de radiodifusão, o “Nheengatu” não pode ser proibido. “A lei que estabelece restrições a irradiações em língua estrangeira não pode ser aplicada ao nheengatu, que era a principal língua brasileira na colonização”.

(Laura Mattos, **Folha de S. Paulo**, 18/06/2003)

11. A controvérsia de que trata o texto é de natureza eminentemente

- (A) jurídica, já que se trata de decidir sobre a vigência ou não de uma lei de 1963.
- (B) histórica, pois remonta a um documento produzido em pleno período colonial.
- (C) cultural, já que se trata de qualificar a forma de expressão de uma coletividade.
- (D) econômica, pois envolve interesses particulares que dependem de recursos públicos.
- (E) política, pois implica conflito de interesses entre os diferentes poderes do Estado.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. As observações de Bosco Martins, de Marlei Sigrist e de Marcos Bitelli convergem no fundamental – a língua nheengatu deve ser preservada – mas são omissas quanto à legitimidade ou legalidade do programa de rádio.
- II. O argumento de que se vale Marcos Bitelli permite depreender que razões de ordem histórica devem ser levadas em conta num processo de avaliação do que seja uma “língua nacional”.
- III. A jornalista, para dar notícia do fato polêmico, investigou-o, informou-se com autoridades e especialistas e deu voz ao público diretamente envolvido.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

13. Está clara e correta a redação da seguinte frase:

- (A) Mixto de termos indígenas e hispânicos, segundo o Aurélio, o nheengatu remonta ao regime colonial, onde D. João IV, em 1727, promulgou uma lei em que este era terminantemente revogado.
- (B) Segundo afirma Marlei Sigrist, o nheengatu tem caráter preservativo, conquanto represente uma resistencial cultural contra todos os que vão ao encontro do princípio de sua conservação.
- (C) Bosco Martins sugere que, dentre os crimes por ventura já imputados contra os índios, tal interdição lhe soa como mais um, não lhe parecendo próprio proibir esse programa.
- (D) A transmissão do programa pode vir a ser interrompida, caso entenda a justiça que o “Nheengatu” tipifica uma veiculação em língua estrangeira, o que contraria o disposto na lei de 1963.
- (E) Não é pouco representativa a cifra de 370 mil falantes do nheengatu, idioma com o qual se veiculará o mesmo programa, de sorte que só este fato teria argumentos para se contraditarem à acusação de que é uma “língua estrangeira”.

14. Está correto o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:

- (A) A transmissão do programa “Nheengatu”, contra a qual parece ter-se insurgido o Ministério das Comunicações, despertou viva polêmica acerca do que vem a ser uma língua nacional.
- (B) O português e o espanhol, idiomas a cujos vieram somar-se termos indígenas, talvez já tenham merecido alguma contestação quanto ao fato de serem línguas nacionais.
- (C) D. João IV, em 1727, já manifestava a preocupação em que o predomínio de uma língua estrangeira diante da língua oficial representaria um risco para o processo de colonização.
- (D) A ilegalidade do programa radiofônico, cujas a língua é o nheengatu, foi aventada pelo Ministério das Comunicações, que recorreu a especialistas para melhor se informar em face da questão.
- (E) A opinião de Marlei Sigrist, em favor a qual há argumentos antropológicos, é que a divulgação do nheengatu constitui uma forma de resistência cultural, mediante o que devem se engajar os defensores das minorias.

<p>15. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Consta que o <i>nheengatu</i>, uma mistura de termos indígenas com o português tem suas raízes no período colonial brasileiro, chegando a ser proibido por D. João IV em seu intuito de oficializar o português.</p> <p>(B) A indignação de Bosco Martins é das mais justas pois, tendo os índios sido vítimas de tantos crimes, a possível proibição ao “<i>Nheengatu</i>” parece soar como: mais uma violência injustificável.</p> <p>(C) O fato de que cerca de 370 mil pessoas utilizam o <i>nheengatu</i>, mereceria, por si só, uma atenção especial não só das zelosas autoridades federais como de todos aqueles que têm visto na cultura popular, uma forma de resistência.</p> <p>(D) Dado que a lei de 1963 não podia prever o advento da Internet, parece anacrônico hoje em dia estabelecer o confinamento, à frequência de, ondas curtas, dos programas de rádio transmitidos em língua estrangeira.</p> <p>(E) A repórter, precavidamente, valeu-se do dicionário Aurélio, mas certamente obteria melhores e mais precisas informações acerca do <i>nheengatu</i> se, em vez de um dicionário, recorresse a um especialista em línguas indígenas.</p>	<p>18. Quanto à necessidade ou não de utilização do sinal de crase, está inteiramente correta a frase:</p> <p>(A) Quem está à alguma distância de Campo Grande não pode avaliar à contento o mérito da polêmica à que se refere o texto.</p> <p>(B) Não é aqueles que se instalam nos gabinetes oficiais que cabe a interdição do uso de uma língua à cuja preservação estejam devotados milhares de falantes.</p> <p>(C) Quem visa à restringir a utilização de uma língua das minorias deveria também se ater à toda e qualquer má utilização das chamadas línguas oficiais.</p> <p>(D) As decisões que se tomam à revelia do interesse das populações são semelhantes àquelas tomadas na vigência dos atos institucionais da ditadura militar.</p> <p>(E) Quem se manifeste contrário à uma única manifestação de arbitrariedade está manifestando sua hostilidade à todas as medidas arbitrárias.</p>
<p>16. Para se atender às normas de concordância, é preciso corrigir a forma verbal sublinhada na frase:</p> <p>(A) Não nos <u>parece</u> que sejam irrelevantes quaisquer medidas que visem à preservação de línguas utilizadas pelas minorias.</p> <p>(B) Que não se <u>meça</u> esforços para se preservar ou resgatar um fato cultural que ajude a compreender o nosso passado histórico.</p> <p>(C) <u>Tem</u> havido muitas pressões para garantir os direitos das minorias, tais como a utilização e a veiculação de línguas que resistem ao desaparecimento.</p> <p>(D) As populações a quem <u>interessa</u> preservar seus direitos históricos devem unir-se e mobilizar-se contra medidas autoritárias.</p> <p>(E) Caso politicamente não <u>convenha</u> às autoridades do Ministério das Comunicações proibir o programa “<i>Nheengatu</i>”, este será mantido em sua forma original.</p>	<p>19. A má redação tornou incoerente a seguinte frase:</p> <p>(A) Embora seja compreendido e falado por uma minoria, o <i>nheengatu</i> tem o direito de ser preservado como uma língua de uso, não podendo ser abolido por decreto.</p> <p>(B) Em virtude de ser compreendido e falado por uma minoria, o <i>nheengatu</i> deveria ser visto como prova da resistência de uma cultura, e não como ameaça social.</p> <p>(C) A menos que o <i>nheengatu</i> fosse compreendido e falado por poucas pessoas, tampouco poderia ser analisado como um fato cultural de relevância.</p> <p>(D) Ainda que o <i>nheengatu</i> fosse compreendido e falado por poucas centenas de pessoas, isso não deixaria de constituir um fato de relevância cultural.</p> <p>(E) Muito embora seja compreendido e falado por uma pequena minoria, o <i>nheengatu</i> não deixa de ter um significativo valor cultural.</p>
<p>17. Está adequada a articulação entre os tempos verbais na frase:</p> <p>(A) Caso venha a ser considerado nocivo à comunidade, o programa “<i>Nheengatu</i>” deverá ter sido proibido pelas autoridades.</p> <p>(B) A menos que fosse nocivo o conteúdo veiculado pelo programa “<i>Nheengatu</i>”, não há razões para que se o houvera proibido.</p> <p>(C) Se o conteúdo veiculado pelo programa “<i>Nheengatu</i>” vier a se revelar nocivo, só assim se pudesse cogitar de proibir sua transmissão.</p> <p>(D) No caso de que o programa “<i>Nheengatu</i>” se caracterizasse por transmitir idéias nocivas à comunidade, cabe cogitar sua proibição.</p> <p>(E) A menos que o conteúdo veiculado pelo programa “<i>Nheengatu</i>” possa ser considerado nocivo à comunidade, não há razões para que se venha a proibi-lo.</p>	<p>20. No contexto da frase <i>Pela regra, só emissoras de ondas curtas podem operar com outros idiomas, mediante autorização do Ministério das Comunicações,</i></p> <p>I. <i>podem operar com outros idiomas</i> equivale a <i>podem se valer de outros idiomas em suas transmissões.</i></p> <p>II. o termo <i>mediante</i> tem o sentido de <i>salvo</i>.</p> <p>III. o termo <i>só</i> tem o mesmo sentido que assume numa frase como <i>Foi encontrado só, em seu quarto.</i></p> <p>Em relação ao enunciado, está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) II e III, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) I, apenas.</p>

<p><u>Instruções:</u> Para responder às questões de números 21 a 30 considere a Lei nº 8.112/90.</p> <p>21. Observe as proposições abaixo:</p> <p>I. Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.</p> <p>II. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.</p> <p>III. Para os efeitos da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, servidor é quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.</p> <p>Está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I e II. (B) II e III. (C) III. (D) I e III. (E) I.</p>	<p>25. Ao servidor público que coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político, será aplicada a pena de</p> <p>(A) demissão. (B) advertência verbal. (C) suspensão. (D) advertência por escrito. (E) exoneração.</p>
<p>22. A reversão é forma de</p> <p>(A) investidura em cargo efetivo. (B) investidura em cargo público. (C) provimento de cargo público. (D) investidura em cargo em comissão. (E) transferência para universidades e instituições de pesquisa científica.</p>	<p>26. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público</p> <p>(A) é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar. (B) poderá ou não promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, atendendo à conveniência da administração. (C) deverá comunicar à autoridade policial local e não poderá promover a sua apuração mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar. (D) poderá ou não promover a sua apuração imediata, atendendo à conveniência da administração, mas sempre mediante prévia sindicância. (E) poderá ou não promover a sua apuração imediata, atendendo à conveniência da administração, instaurando desde logo processo administrativo disciplinar.</p>
<p>23. É INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a idade mínima de dezoito anos é um dos requisitos básicos para investidura em cargo público. (B) a nomeação far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira. (C) a nomeação far-se-á em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos. (D) a nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade. (E) o servidor ocupante de cargo em comissão, quando nomeado para ter exercício interinamente em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que ocupa, terá direito à remuneração de ambos.</p>	<p>27. Um dos benefícios do Plano de Seguridade Social do Servidor quanto ao seu dependente é</p> <p>(A) o auxílio-natalidade. (B) a aposentadoria. (C) o auxílio-reclusão. (D) a licença para tratamento de saúde. (E) a licença por acidente em serviço.</p>
<p>24. A posse em cargo público da pessoa que não seja servidor, ocorrerá no prazo de</p> <p>(A) trinta dias contados da inspeção médica oficial. (B) trinta dias contados da publicação do ato de provimento. (C) quinze dias contados da proclamação do resultado do concurso. (D) quinze dias contados da inspeção médica oficial. (E) quinze dias contados da publicação do ato de investidura.</p>	<p>28. NÃO é considerado como de efetivo exercício o afastamento para</p> <p>(A) exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgão ou entidade dos Poderes da União, Estados e Municípios. (B) tratamento da própria saúde, em período superior a vinte e quatro meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado à União, em cargo de provimento efetivo. (C) servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere. (D) júri e outros serviços obrigatórios por lei. (E) gozo de férias.</p>
	<p>29. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos, por</p> <p>(A) um dia. (B) dois dias consecutivos. (C) três dias consecutivos. (D) sete dias consecutivos. (E) oito dias consecutivos.</p>
	<p>30. A inassiduidade habitual acarreta a pena de</p> <p>(A) disponibilidade. (B) suspensão. (C) advertência. (D) demissão. (E) multa.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
<p>31. O registro da dívida ativa como um todo altera o resultado patrimonial</p> <p>(A) no recebimento. (B) na arrecadação. (C) no recolhimento. (D) na inscrição. (E) tanto na arrecadação quanto na inscrição.</p>	<p>37. É variação independente da execução orçamentária passiva</p> <p>(A) a Incorporação de Bens. (B) a Aquisição de Valores. (C) a Incorporação de Valores. (D) o Cancelamento de Dívidas Passivas (exceto restos a pagar). (E) o Cancelamento da Dívida Ativa.</p>
<p>32. Se a despesa fixada no exercício foi \$ 100, já deduzidas anulações de \$ 5, e em 31 de dezembro apresentou economia orçamentária de \$ 15, despesa protocolizada de 10, liquidada de \$ 70 e a paga \$ 50; os restos a pagar processados e os restos a pagar não processados foram, respectivamente:</p> <p>(A) 25 e 15 (B) 20 e 15 (C) 20 e 20 (D) 15 e 15 (E) 15 e 20</p>	<p>38. É variação independente da execução orçamentária ativa</p> <p>(A) a Amortização da Dívida. (B) a Inscrição da Dívida Ativa. (C) a Cobrança da Dívida Ativa. (D) a Alienação de Bens. (E) os Empréstimos Tomados.</p>
<p>33. As receitas efetivas caracterizam-se por serem</p> <p>(A) independentes da execução orçamentária. (B) extra-orçamentárias. (C) fatos contábeis modificativos. (D) fatos contábeis permutativos. (E) fatos contábeis mistos e permutativos.</p>	<p>39. A diferença entre: de um lado, os valores numerários, os realizáveis e os créditos financeiros, e de outro, os compromissos exigíveis cujo recebimento ou pagamento independa de autorização orçamentária, constitui o</p> <p>(A) superávit financeiro. (B) patrimônio líquido. (C) passivo real a descoberto. (D) ativo real líquido. (E) ativo real líquido ou passivo real a descoberto.</p>
<p>34. As despesas orçamentárias de mutações podem gerar</p> <p>(A) débito em conta do ativo financeiro realizável. (B) débito em conta do passivo financeiro. (C) crédito em conta de passivo financeiro. (D) débito em conta de ativo permanente. (E) crédito em conta de passivo permanente.</p>	<p>40. De acordo com a Lei nº 4.320/64, os títulos de renda devem figurar no balanço patrimonial pelo seu valor</p> <p>(A) de mercado. (B) de aquisição. (C) nominal. (D) de custo ou mercado, o menor deles. (E) de reposição.</p>
<p>35. Na parcela NÃO envolvida com a execução orçamentária, os pagamentos e recebimentos</p> <p>(A) são fatos contábeis modificativos. (B) aumentam ou diminuem o superávit financeiro. (C) afetam o passivo permanente. (D) afetam o ativo permanente. (E) não alteram o superávit financeiro.</p>	<p>41. O levantamento geral dos bens móveis segundo a Lei 4.320/64 tem por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e</p> <p>(A) o cadastro em ordem de localização. (B) o confronto com a existência física. (C) os termos de responsabilidade de cada bem. (D) as chapas que constam dos bens. (E) os elementos da escrituração sintética contábil.</p>
<p>36. Objetivando resguardar a autonomia de cada sistema específico de contas do setor governamental, os ajustes no sistema financeiro de exercícios anteriores por variações independentes da execução orçamentária, em contas de ativo e passivo financeiros, têm como contrapartida a conta</p> <p>(A) Transferências Financeiras. (B) Transferências Patrimoniais. (C) Transferências Correntes. (D) Transferências de Capital. (E) Resultado Patrimonial.</p>	<p>42. O Siafi utiliza a classificação das contas constante da Lei nº 6.404/76, destinada às entidades de direito privado, no plano de contas único do Governo Federal para fins de consolidação. Para atender à classificação da Lei nº 4.320/64, destinada às entidades de direito público, houve necessidade de compatibilização que se operou por direcionadores que identificam, em relação à conta, a</p> <p>(A) qual sistema ela pertence. (B) espécie de entidade a que se destina. (C) categoria de entidade a que se destina. (D) forma jurídica da entidade a que se destina. (E) natureza jurídica da entidade a que se destina.</p>

43. A conta Dívida Ativa, na qual são registrados os créditos da Fazenda Pública exigíveis, pelo transcurso do prazo para pagamento e assim inscritos em registro próprio, após apurada sua liquidez e certeza, pertence ao sistema de contas da contabilidade governamental denominado
- (A) orçamentário.
 (B) financeiro.
 (C) financeiro-patrimonial.
 (D) patrimonial.
 (E) compensado.

44. Os valores nominais emitidos que exigem registro nos quatro sistemas de contas, pela sua realização, são os relativos à
- (A) receita efetiva.
 (B) receita de mutações.
 (C) receita extra-orçamentária.
 (D) despesa de mutações.
 (E) despesa extra-orçamentária.

Instrução: Para responder às questões de números 45 a 50, considere os dados das demonstrações contábeis resultantes do registro das operações a seguir: (Valores em \$ 1.000,00).

1. Operações relativas ao orçamento:			
a. receitas nele previstas:	b. despesas nele fixadas:		
Impostos	60	Pessoal	40
Taxas (por formulários)	<u>10</u>	Material de Consumo	<u>20</u>
	70		60
c. crédito especial aberto para conservação de estradas, com recursos de operações de crédito			20
2. Arrecadação bancária no período:			
a. impostos arrecadados por via amigável		73	
b. taxas arrecadadas mediante venda de formulários emitidos		5	
c. operações de crédito do crédito especial		20	
d. depósitos recebidos em garantia por licitações	<u>15</u>		113
3. A despesa fixada foi totalmente empenhada e liquidada, exceto 3 de pessoal e 2 de material de consumo entregue ao Almoxarifado. Total empenhado e liquidado			
			75
4. Pagamentos do período em cheques:			
a. a despesa liquidada foi paga, exceto o valor de 10 de pessoal que ficou para ser pago no exercício seguinte e consignações retidas no valor de 4. Valor líquido pago da despesa no valor bruto de 75 liquidada		61	
b. depósitos restituídos após os fornecimentos contratados	<u>8</u>		69
5. Outras operações:			
a. formulários para arrecadação de taxas emitidos e entregues em custódia para o Tesoureiro			10
b. material de consumo requisitado e entregue pelo Almoxarife			14
c. inscrição de dívida ativa após certificada a liquidez e certeza			3
d. bem móvel recebido por doação de terceiros			10

45. Resultado da execução orçamentária:
- (A) 23 de déficit.
 (B) 2 de déficit.
 (C) 23 de superávit.
 (D) 13 de superávit.
 (E) 2 de superávit.

46. Excesso de arrecadação líquido do exercício:
- (A) 5 de insuficiência.
 (B) 8 de excesso.
 (C) 13 de excesso.
 (D) 28 de excesso.
 (E) 33 de excesso.

47. Superávit financeiro do exercício:
- (A) 40
 (B) 37
 (C) 34
 (D) 33
 (E) 23

48. Ativo Permanente:
- (A) 19
 (B) 17
 (C) 14
 (D) 13
 (E) 10

49. Passivo Financeiro:
- (A) 21
 (B) 17
 (C) 16
 (D) 14
 (E) 10

50. Resultado Patrimonial do Exercício:
- (A) 54
 (B) 34
 (C) 20
 (D) 17
 (E) 10

<p>51. A Constituição Federal, ao estabelecer que no orçamento anual devem constar "todas as receitas e despesas pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções", faz especificamente alusão ao princípio orçamentário</p> <p>(A) da unidade.</p> <p>(B) da universalidade.</p> <p>(C) do orçamento bruto.</p> <p>(D) da anualidade.</p> <p>(E) da não afetação da receita.</p>	<p>56. Excetuadas as correspondentes à transferências, caracteriza-se por afetar o ativo e o passivo permanentes, a receita</p> <p>(A) patrimonial.</p> <p>(B) de indenizações e restituições.</p> <p>(C) de capital.</p> <p>(D) industrial.</p> <p>(E) agropecuária.</p>
<p>52. Constitui exceção, não autorizada pela Constituição, ao princípio orçamentário da exclusividade, constar na lei do orçamento a</p> <p>(A) autorização para abertura de créditos suplementares com valor determinado.</p> <p>(B) indicação de percentual, como parâmetro para abertura dos créditos suplementares por ela autorizados.</p> <p>(C) contratação de operações de crédito de longo prazo.</p> <p>(D) autorização para operações de crédito destinadas a atender insuficiências de tesouraria.</p> <p>(E) autorização para abertura de créditos especiais com os recursos de anulação de despesa.</p>	<p>57. Na classificação das despesas quanto à natureza, a relativa à "modalidade de aplicação" compreende as aplicações</p> <p>(A) pelo próprio ente, por outras entidades jurídicas, no exterior e outras a definir.</p> <p>(B) em despesas de custeio e em despesas de transferências, distintamente.</p> <p>(C) em despesas correntes e em despesas de capital, distintamente.</p> <p>(D) pelo próprio ente e pelas suas entidades vinculadas, distintamente.</p> <p>(E) pelo próprio ente e suas vinculadas, em relação a outras entidades jurídicas, distintamente.</p>
<p>53. Emitir parecer sobre as emendas apresentadas ao projeto de lei orçamentária cabe</p> <p>(A) ao Tribunal de Contas.</p> <p>(B) à mesa da Câmara.</p> <p>(C) à mesa do Senado.</p> <p>(D) à comissão mista permanente de orçamento.</p> <p>(E) ao Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.</p>	<p>58. A execução da despesa caracteriza-se, em relação a cada exercício,</p> <p>(A) pela fixação.</p> <p>(B) pela licitação.</p> <p>(C) pela liquidação.</p> <p>(D) pelo empenho.</p> <p>(E) pelo pagamento.</p>
<p>54. NÃO são considerados recursos hábeis para permitir a aprovação de emendas ao projeto de lei do orçamento, as anulações que incidam sobre</p> <p>(A) transferências constitucionais em geral.</p> <p>(B) dotações para pessoal.</p> <p>(C) dotações para encargos de pessoal.</p> <p>(D) amortização da dívida.</p> <p>(E) encargos da dívida.</p>	<p>59. Com a efetiva existência de excesso de arrecadação não comprometido, passam a ter cobertura os créditos adicionais</p> <p>(A) especiais.</p> <p>(B) suplementares reabertos.</p> <p>(C) especiais reabertos.</p> <p>(D) suplementares.</p> <p>(E) extraordinários.</p>
<p>55. O regime financeiro (orçamentário) é</p> <p>(A) de competência tanto para a receita como para a despesa.</p> <p>(B) determinado pela arrecadação e pelo empenho.</p> <p>(C) de competência para a despesa, determinado pela liquidação.</p> <p>(D) de caixa para a receita, determinado pelo recolhimento.</p> <p>(E) de competência para a despesa, determinado pela ordem de pagamento.</p>	<p>60. O parecer sobre as Contas dos Tribunais de Contas é proferido</p> <p>(A) pelo Congresso.</p> <p>(B) pela Comissão Permanente de Orçamento.</p> <p>(C) pela Câmara.</p> <p>(D) pelo Senado.</p> <p>(E) pelo Plenário do Congresso.</p>